

**Ata da Décima Segunda Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com início às onze horas e vinte minutos e término às treze horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Segunda Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS), com a participação da Sra. Nádia Cristina d'Ávila Ferreira, Titular da SDS, e do Sr. Antônio Ademir Stroski, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). A reunião teve como pauta:

1 – Nivelamento dos Empreendimentos de Significativo Impacto Ambiental licenciados pelo IPAAM que estão aptos a cobrança da obrigatoriedade da Compensação Ambiental; 2 – Sugestão de proposta de nova redação para a Condicionante de Compensação Ambiental nas Licenças Ambientais expedidas pelo IPAAM (OFÍCIO SDS CECA Nº. 003/2012, de 19/03/2012 & Nota Técnica SEACA SDS nº. 003/2012, de 01/03/2012; 3 - Norma para tratamento diferenciado ou isenção da fixação e cobrança da compensação ambiental às atividades ou empreendimentos, cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de utilidade pública ou interesse social, socioambiental e paisagístico; 4 - Proposta de Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto a obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, e cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo; 5 - Proposta de Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAAM), que estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a gestão da CECA, quanto: a) Funcionamento da CECA; b) Definição de indicadores, categorias e pesos para escolha das Unidades de Conservação (UC) a serem beneficiárias/destinatárias de Compensação Ambiental; c) Critérios para repartição do recurso de compensação ambiental entre as UC beneficiárias/destinatárias; d) Celebração de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e Planos de Trabalho junto aos órgãos gestores das UC; e, e) Gestão dos Recursos da Compensação Ambiental nas UC; 6 – Situação do IPAAM na expedição de Parecer Técnico com a definição do Grau de Impacto Ambiental em 0,5 % (teto máximo) para a Compensação Ambiental, assim como, na indicação das UC a serem beneficiárias, e na solicitação do Valor de Referência (custo total da obra) aos Empreendedores; 7 -

35 Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil: programação, tarefas e definição dos  
36 participantes para evento; 8 - Compensação Ambiental Linhão de Tucuruí; e, 9 - Solicitações da  
37 CECA ao IPAAM e Órgãos Gestores de UC. O Sr. José Adailton Alves, Presidente da CECA,  
38 iniciou a reunião cedendo a palavra a Sra. Nádia Cristina d'Ávila Ferreira, Titular da SDS, para  
39 conduzir as discussões da pauta da reunião. Foi apresentada pelo Sr. José Adailton Alves,  
40 Presidente da CECA, planilha contendo os dados dos empreendimentos licenciados e indicados pelo  
41 IPAAM, por meio do Ofício nº. 727/2012/IPAAM-GAB, de 25 de junho de 2012. Salientou que a  
42 planilha possui como itens: a) denominação do empreendimento; b) identificação do empreendedor;  
43 c) Município(s) abrangido(s) pelo Empreendimento; d) Nº do Processo de Licenciamento  
44 Ambiental; e) Nº. do Processo de Compensação Ambiental; f) Licença Ambiental – Tipo e número  
45 da licença e número da Condicionante de Compensação Ambiental; g) Potencial Poluidor; h) Grau  
46 de Impacto Ambiental (%); i) Valor de Referência (Custo Total do Empreendimento); j) Valor da  
47 Compensação Ambiental; l) Unidades de Conservação (UC) beneficiárias/destinatárias; m)  
48 Repartição do recurso de compensação ambiental por unidade de conservação  
49 beneficiárias/destinatárias; n) Aplicação do recurso de Compensação Ambiental (atividades  
50 contempladas). Na ocasião foi indicado pela Sra. Nádia Ferreira, a inclusão dos seguintes itens na  
51 planilha sobre o status de execução do empreendimento: 1) Empreendimento Concluído; 2)  
52 Parcialmente Concluído, indicando percentual de execução; 3) Em fase inicial; e, 4) Suspensa –  
53 questões judiciais. O Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário Executivo da CECA, esclareceu  
54 que os processos de licenciamento ambiental e os Estudos de Impacto Ambiental e respectivo  
55 relatório (EIA/RIMA) dos empreendimentos encaminhados pelo IPAAM foram analisados com a  
56 finalidade de averiguar e reproduzir os documentos que fazem referência a Compensação  
57 Ambiental. Ressaltou que a partir desse procedimento foram instruídos para cada empreendimento  
58 o Processo de Compensação Ambiental, contendo as licenças ambientais, pareceres técnicos,  
59 relatórios, termo de referência para elaboração do EIA/RIMA, partes do EIA/RIMA que tratam  
60 sobre a Compensação Ambiental, documentos encaminhados pelo empreendedor, entre outros.  
61 Após análise da planilha foi determinado pela CECA os seguintes empreendimentos e a ordem de  
62 prioridade para cobrança, destinação, repartição e aplicação dos recursos de Compensação  
63 Ambiental: 1º - Gasoduto Juruá – Urucu, com empreendedor UNBSOL – Petrobras, Municípios de  
64 Coari e Tefé-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3111/T/07 – IPAAM, Processo de  
65 Compensação Ambiental nº. 035.00293.2012 – SDS, Condicionante nº. 22 da Licença de Instalação  
66 (LI) nº. 181/09-IPAAM; 2º - Usina Termelétrica (UTE) de Tefé, com empreendedor Brasil Bio  
67 Fuels S.A., Município de Tefé-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3122/T/09 – IPAAM,  
68 Processo de Compensação Ambiental nº. 035.00562.2012 – SDS, Condicionante nº. 15 da LI nº.

69 200/11-IPAAM; 3º - UTE de Codajás II, com empreendedor Amazonas Distribuidora de Energia  
70 S/A, Município de Codajás-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3114/T/09 – IPAAM,  
71 Processo de Compensação Ambiental nº. 035.01077.2012 – SDS, Condicionante nº. 16 da LI nº.  
72 115/11-IPAAM; 4º - UTE de Anamã II, com empreendedor Amazonas Distribuidora de Energia  
73 S/A, Município de Anamã-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3112/T/09 – IPAAM,  
74 Processo de Compensação Ambiental nº. 035.01075.2012 – SDS, Condicionante nº. 15 da LI nº.  
75 142/11-IPAAM; 5º - UTE de Caapiranga II, com empreendedor Amazonas Distribuidora de Energia  
76 S/A, Município de Caapiranga-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3115/T/09 – IPAAM,  
77 Processo de Compensação Ambiental nº. 035.01078.2012 – SDS, Condicionante nº. 15 da LI nº.  
78 143/11-IPAAM; 6º - UTE de Anori II, com empreendedor Amazonas Distribuidora de Energia S/A,  
79 Município de Anori-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 3113/T/09 – IPAAM, Processo  
80 de Compensação Ambiental nº. 035.01076.2012 – SDS, Condicionante nº. 15 da LI nº. 144/11-  
81 IPAAM; 7º - Ponte sobre Rio Negro, com empreendedor Secretaria Executiva do Conselho de  
82 Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), Município de Manaus  
83 e Iranduba-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 0497/T/07 – IPAAM, Processo de  
84 Compensação Ambiental nº. 035.00909.2012 – SDS, devendo ser inserida condicionante de  
85 compensação ambiental na LI nº. 198/08-01 1ª Alteração -IPAAM; 8º - PROSAMIM III – Igarapé  
86 São Raimundo, com empreendedor a Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental  
87 dos Igarapés de Manaus (UGPI), Município de Manaus-AM, Processo de Licenciamento Ambiental  
88 nº 4718/T/07 – IPAAM, Processo de Compensação Ambiental nº. 035.01074.2012 – SDS, devendo  
89 ser inserida condicionante de compensação ambiental na LI nº. 074/12-IPAAM. Devido a  
90 problemas judiciais relacionados ao processo de licenciamento ambiental, os empreendimentos  
91 relacionados a seguir foram excluídos da cobrança da compensação ambiental: a) BR 317-AM, com  
92 empreendedor Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Município de Boca  
93 do Acre-AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 2858/T/09 – IPAAM, Processo de  
94 Compensação Ambiental nº. 035.01125.2012 – SDS, Condicionante nº. 18 da LI nº. 138/09-01  
95 IPAAM; e, b) Porto das Lages, com empreendedor Lages Logística S.A., Município de Manaus-  
96 AM, Processo de Licenciamento Ambiental nº 1773/T/08 – IPAAM, Processo de Compensação  
97 Ambiental nº. 035.00913.2012 – SDS, Condicionante nº. 16 da LI nº. 134/11 1ª Alteração –  
98 IPAAM. Para o empreendimento BR 317-AM, a CECA deliberou que o IPAAM deverá informar a  
99 Câmara a situação do licenciamento do empreendimento, assim como, caso detectado que o  
100 licenciamento tenha sido repassado ao IBAMA, a CECA deverá efetuar as tratativas necessárias  
101 para garantir a aplicação da compensação ambiental junto ao Comitê Compensação Ambiental  
102 Federal (CCAF/IBAMA). Quanto à sugestão de proposta de nova redação para a Condicionante de

103 Compensação Ambiental nas Licenças Ambientais expedidas pelo IPAAM, o Sr. José Adailton  
104 Alves, informou que em decorrência da análise do processo de compensação ambiental do  
105 empreendimento Gasoduto Juruá-Urucu solicitado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da  
106 Biodiversidade (ICMBio), foi sugerido pela Secretaria Executiva Adjunta de Compensações  
107 Ambientais (SEACA), por meio do Ofício SDS CECA Nº. 003/2012, de 19/03/2012, e Nota  
108 Técnica SEACA SDS nº. 003/2012, de 01/03/2012, a seguinte proposta “A interessada está  
109 obrigada a realizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a quitação do recurso definido para a  
110 Compensação Ambiental, equivalente a 0,5% do valor total da obra de instalação do  
111 empreendimento, mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental  
112 (TCCA), com os Órgãos Gestores das Unidades de Conservação beneficiárias, Secretaria de Estado  
113 do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e o Instituto de Proteção Ambiental do  
114 Estado do Amazonas (IPAAM); atendendo aos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº.  
115 53, de 05 de junho de 2007, e o Art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000”. A CECA  
116 estabeleceu que os prazos para cobrança e quitação da Compensação Ambiental, assim como, a  
117 assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) e Plano de Aplicação  
118 da Compensação Ambiental devem seguir o disposto na legislação em vigor e na Resolução Nº.  
119 371, de 5 de abril de 2006. Dessa forma, esse processo será realizado antes da emissão da Licença  
120 de Instalação (LI). A CECA deliberou que a nova redação da condicionante seja: “A obtenção da LI  
121 fica condicionada a quitação de 0,5% do custo total do empreendimento referente à Compensação  
122 Ambiental, mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA),  
123 atendendo aos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007, e o  
124 Art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000”. Além disso, a CECA sugeriu ao IPAAM  
125 realizar ajustes na minuta de Decreto Estadual de Compensação Ambiental, e posteriormente,  
126 realizar consulta a Procuradoria Geral do Estado (PGE) até o dia 21/09/2012 (Sexta-Feira). Quanto  
127 a norma para tratamento diferenciado ou isenção da fixação e cobrança da compensação ambiental  
128 às atividades ou empreendimentos, cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de  
129 utilidade pública ou interesse social, socioambiental e paisagístico, o Sr. João Rodrigo Leitão  
130 destacou que essa sugestão foi retirada da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do  
131 Estado do Mato Grosso do Sul, para englobar empreendimentos como o PROSAMIM III. Foi  
132 deliberado que essa proposta deverá gerar artigo no Decreto Estadual de Compensação Ambiental.  
133 Foi apresentada pelo Sr. José Adailton Alves, Presidente da CECA, a proposta de minuta do  
134 Decreto Estadual da Compensação Ambiental. Na ocasião a Sra. Maria Gorete Mello da Silva  
135 mencionou que a Resolução CONAMA nº. 371/06 menciona que as Câmaras de Compensação  
136 Ambiental serão criadas no âmbito dos órgãos licenciadores, no caso o IPAAM. Na ocasião a Sra.



137 Nádia Ferreira, Titular da SDS, sugeriu que a CECA seja criada conforme prevê a legislação. Dessa  
138 forma, ficou combinada nova reunião da CECA no dia 19/09/2012, às 14h na Sala de Reunião do  
139 Gabinete da SDS para início da análise da proposta de minuta do decreto. Foi informado pelo Sr.  
140 José Adailton Alves que a CECA em sua 11ª Reunião, instituiu um Grupo de Trabalho voltado a  
141 trabalhar o Marco Regulatório da mesma, com a proposta de expedição de Resolução do  
142 CEMAAM, para estabelecer procedimentos administrativos e técnicos para a gestão da CECA/SDS,  
143 quanto: a) Funcionamento da CECA; b) Definição de indicadores, categorias e pesos para escolha  
144 das UC a serem beneficiárias/destinatárias de Compensação Ambiental; c) Critérios para repartição  
145 do recurso de compensação ambiental entre as UC beneficiárias/destinatárias; d) Celebração de  
146 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e Planos de Trabalho junto aos órgãos  
147 gestores das UC; e, e) Gestão dos Recursos da Compensação Ambiental nas UC. Outra situação  
148 informada foi a necessidade do IPAAM expedir Parecer Técnico com a definição do Grau de  
149 Impacto Ambiental em 0,5 % (teto máximo) para a Compensação Ambiental, assim como, na  
150 indicação das UC a serem beneficiárias, e na solicitação do Valor de Referência (custo total da  
151 obra) aos Empreendedores, conforme artigos 6 e 7 da IN nº. 005/2010 - SDS, de 05/07/2010, e  
152 Legislação em vigor que estabelece que o órgão licenciador responsável por indicar as UC's a  
153 serem beneficiadas com base no EIA-RIMA e estudos complementares; solicitar Valor de  
154 Referência ao Empreendedor; e aplicar a metodologia de cálculo da Compensação Ambiental e  
155 definir seu percentual. Além disso, observa-se a necessidade de ser expedido parecer ou documento  
156 do IPAAM que respalde tecnicamente a definição de 0,5 % (teto máximo) para a Compensação  
157 Ambiental, haja vista que a legislação indica a aplicação de metodologia para gradação do impacto  
158 ambiental do Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009. Outro aspecto são os resultados da  
159 definição da metodologia para análise do grau de impacto ambiental e respectivo cálculo de valores  
160 de compensação para empreendimentos com significativo impacto ambiental (Comissão do IPAAM  
161 - Portaria/P/IPAAM/Nº. 144/2011, assinada em 15/08/2011, cujo extrato foi publicado no D.O.E.  
162 nº. 32.137, Seção Poder Executivo, pg. 5, em 16/08/2011). Informou também que o Grupo de  
163 Trabalho "Marco Regulatório" da CECA sugeriu que a CECA poderia constituir GT para elaborar  
164 proposta de minuta da metodologia e encaminhar ao IPAAM. A Titular da SDS, Sra. Nádia  
165 Ferreira, sugeriu que as atividades da CECA estejam focadas na avaliação da minuta de Decreto  
166 Estadual de Compensação Ambiental e que posteriormente as atividades do GT continuem. Em  
167 seguida, a Sra. Nádia Ferreira, apresentou na proposta de programação do Workshop sobre  
168 Compensações Ambientais no Brasil, a ocorrer nos dias 25 e 26/10/2012, no Auditório do Tribunal  
169 de Contas do Estado do Amazonas (TCE), com a participação de 90 pessoas, entre palestrantes e  
170 convidados. O Evento tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

(FAPEAM). Ficou estabelecido que a tarde do segundo dia do evento será reservada para análise da minuta do Decreto Estadual de Compensação Ambiental pelos participantes do evento. Quanto a Compensação Ambiental do Linhão de Tucuruí foi deliberada a elaboração de Ofício ao IBAMA solicitando que efetivamente faça análise e se manifeste até em cinco dias sobre o Parecer Técnico CECA SDS Nº. 001/2012, de 13/08/2012, que apresenta proposta para o Estado do Amazonas sobre a destinação e repartição do recurso de Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí - Lote “C”, em relação à decisão do CCAF/IBAMA, explicitada no Parecer Técnico nº. 10/2012/CCAF/GP/IBAMA, de 17/05/2012, e nas solicitações realizadas pelos Ofícios nº. 449 e nº. 450/2012 – CCAF/GP/IBAMA, expedidos em 14/06/2012. Foi decidido que até a publicação do Decreto Estadual de Compensação Ambiental no Diário Oficial do Estado (DOE), a CECA continuará suas atividades, devendo encaminhar Processos de Compensação Ambiental para o IPAAM efetuar parecer com a indicação das UC's federais, estaduais, municipais ou privadas, assim como, Parecer e Mapa contendo as distâncias dessas UC's em relação aos empreendimentos, Parecer de Gradação de Impacto Ambiental e calcular o valor da compensação ambiental de cada empreendimento. Ficou a Coordenação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) responsável por providenciar o atendimento das solicitações da CECA efetuadas por meio de Ofícios até o último dia útil do mês de setembro de 2012. Dessa forma, agradeceu a presença de todos e assim a Sra. Nádia Ferreira, Titular da SDS, finalizou a reunião. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas de todos os membros presente.

  
**João Rodrigo Leitão dos Reis**  
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**12ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA****Data:** 18/09/2012; **Horário:** 11:30 às 15h00; **Local:** Sala de Gabinete da SDS.**LISTA DE PRESENÇA****1 – GABINETE DA SDS**

N.	Técnico	Assinatura
01	Nádia Cristina d'Ávila Ferreira	
02	Kamila Botelho do Amaral	

**2 - CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC/SDS:**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Kátia Helena S. C. Schweickardt	T	
02	Francisco Pinto dos Santos	S	
03	Christina Fischer	S	

**3 – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM:**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Maria Gorete Mello da Silva	T	
02	A designar.	S	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	T	
04	Gerson Oliveira da Silva	S	
05	Fábio Rodrigues Marques	T	
06	Marcelo Augusto dos S. Pinheiro	S	

**4 – SEC. EX. ADJ. DE COMPENSAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS – SEACA**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	José Adailton Alves	T	
02	Assunção Pereira de Oliveira	S	
03	João Rodrigo Leitão dos Reis	T	
04	A designar.	S	

M. = Membros.

T. = Titular.

S. = Suplente.

**5 – PARTICIPANTES:**

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	ANIELLO AUFIERO JR.	SDS		8121-9919	
02	Andressa Stewer	IPAAM		8846-2185	
03					
04					
05					



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**12ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL****Data:** 18/09/2012 (Terça-Feira);**Horário:** 11h30 às 15h00;**Local:** Sala de Reunião do Gabinete da SDS.**Participação da Profa. Nádia Ferreira – Titular da SDS.****RESULTADOS****1 – Nivelamento dos Empreendimentos de Significativo Impacto Ambiental licenciados pelo IPAAM que estão aptos a cobrança da obrigatoriedade da Compensação Ambiental (CA):**

Prioridade*	Empreendimento	Empreendedor	Municípios	Nº. Processo Licenciamento Ambiental	Nº. Processo Compensação Ambiental	Licença Ambiental		Potencial Poluidor	Grau de Impacto Ambiental (%)
						Tipo e Número da Licença	Condicionante - Compensação Ambiental		
1º	Gasoduto Juruá - Urucu	UNBSOL - Petrobras	Coari e Tefé - AM	3111/T/07 - IPAAM	035.00293.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 181/09 - IPAAM	Nº. 22	Grande	0,5
2º	Usina Termelétrica (UTE) de Tefé	Brasil Bio Fuels S.A.	Tefé-AM	3122/T/09 - IPAAM	035.00562.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 200/11 - IPAAM	Nº. 15	Grande	0,5
3º	Usina Termelétrica (UTE) de Codajás II	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	Codajás-AM	3114/T/09 - IPAAM	035.01077.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 115/11 - IPAAM	Nº. 16	Grande	0,5
	Usina Termelétrica (UTE) de Anamã II	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	Anamã-AM	3112/T/09 - IPAAM	035.01075.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 142/11 - IPAAM	Nº. 15	Grande	0,5
5º	Usina Termelétrica (UTE) de Caapiranga II	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	Caapiranga-AM	3115/T/09 - IPAAM	035.01078.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 143/11 - IPAAM	Nº. 15	Grande	0,5
6º	Usina Termelétrica (UTE) de Anori II	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	Anori-AM	3113/T/09 - IPAAM	035. 01076.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 144/11 - IPAAM	Nº. 15	Grande	0,5
7º	Ponte sobre o Rio Negro	SRMM	Manaus e Iranduba - AM	0497/T/07 - IPAAM	035.00909.2012 - SDS	Licença de Instalação - LI Nº. 198/08-01 1ª Alteração - IPAAM	Não consta na LI	Médio	0,5





8º	BR 317 - AM***	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	Boca do Acre-AM	2858/T/09 - IPAAM 02001.000162/2003-14	035.01125.2012 - SDS	Licença de Instalação - LI Nº. 138/09-01 - IPAAM	Nº. 18	Grande	0,5
9º	Porto das Lajes**	Lages Logística S.A.	Manaus-AM	1773/T/08 - IPAAM	035.00913.2012 - SDS	Licença de Instalação - L.I. Nº. 134/11 1ª Alteração - IPAAM	Nº. 16	Grande	0,5
10º	PROSAMIM III - Igarapé São Raimundo	UGPI	Manaus - AM	4718/T/07 - IPAAM	035.01074.2012 - SDS	Licença de Instalação - LI Nº. 074/12 - IPAAM	Não consta na LI	Médio	0,5
	Incluir Marquize								

\*Durante a 11ª Reunião da CECA foi deliberada a ordem de prioridade de Empreendimentos para cobrança, destinação, repartição e aplicação dos recursos de Compensação Ambiental;

\*\*Não incluir devido a problemas judiciais;

\*\*\* IPAAM fazer formalidades junto a CECA e CECA articular junto ao CCAF/IBAMA.

**2 – Sugestão de proposta de nova redação para a Condicionante de Compensação Ambiental nas Licenças Ambientais expedidas pelo IPAAM (OFÍCIO SDS CECA Nº. 003/2012, de 19/03/2012 & Nota Técnica SEACA SDS nº. 003/2012, de 01/03/2012):**

*“A obtenção da LI fica condicionada a quitação de 0,5% do custo total do empreendimento referente a Compensação Ambiental, mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), atendendo aos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007, e o Art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000”;*

**Aprovada**

**Deliberação:** realizar ajustes no decreto e fazer consulta a PGE.

**Prazo para manifestação IPAAM à PGE - 21-09-2012 (6ª Feira)**

**3 - Norma para tratamento diferenciado ou isenção da fixação e cobrança da compensação ambiental às atividades ou empreendimentos, cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de utilidade pública ou interesse social, socioambiental e paisagístico:**

*Proposta – CECA deverá redigir proposta de minuta de Resolução a ser apreciada pelo CEMAAM. Ex.: PROSAMIM / Cidade Universitária.*

**Deliberação - inserir no Decreto.**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**4 - Proposta de Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto a obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo;**

*Apresentação da Minuta do Decreto para sugestões.*

**Deliberação - GT Jurídico/Técnico 19/09/2012 (Quarta-Feira), às 14h- Gabinete da SDS**

**5 - Proposta de Resolução do CEMAAM, que estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a gestão da CECA/SDS, quanto: a) Funcionamento da CECA; b) Definição de indicadores, categorias e pesos para escolha das UCs a serem beneficiárias/destinatárias de Compensação Ambiental; c) Critérios para repartição do recurso de compensação ambiental entre as UC's beneficiárias/destinatárias; d) Celebração de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e Planos de Trabalho junto aos órgãos gestores das UC's; e, e) Gestão dos Recursos da Compensação Ambiental nas UC's;**

*Proposta do Grupo de Trabalho (GT) "Marco Regulatório" da CECA.*

**Deliberação: CECA vai para o IPAAM (alterar no Decreto).**

**6 – Situação do IPAAM na expedição de Parecer Técnico com a definição do Grau de Impacto Ambiental em 0,5 % (teto máximo) para a Compensação Ambiental, assim como, na indicação das UC's a serem beneficiárias, e na solicitação do Valor de Referência (custo total da obra) aos Empreendedores:**

*- Artigos 6 e 7 da IN nº. 005/2010 - SDS, de 05/07/2010, e Legislação em vigor que estabelece que o órgão licenciador responsável por indicar as UC's a serem beneficiadas com base no EIA-RIMA e estudos complementares; solicitar Valor de Referência ao Empreendedor; e aplicar a metodologia de cálculo da Compensação Ambiental e definir seu percentual.*

*- Necessidade de ser expedido parecer ou documento do IPAAM que respalde tecnicamente a definição de 0,5 % (teto máximo) para a Compensação Ambiental, haja vista que a legislação indica a aplicação de metodologia para gradação do impacto ambiental do Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009.*

*- Resultados da definição da metodologia para análise do grau de impacto ambiental e respectivo cálculo de valores de compensação para empreendimentos com significativo impacto ambiental (Comissão do IPAAM - Portaria/P/IPAAM/Nº. 144/2011, assinada em 15/08/2011, cujo extrato foi publicado no D.O.E. nº. 32.137, Seção Poder Executivo, pg. 5, em 16/08/2011): Proposta do GT "Marco Regulatório" da*



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

*CECA – CECA constituir GT para elaborar proposta de minuta da metodologia e encaminhar ao IPAAM.*

**7 - Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil: programação, tarefas e definição dos participantes para evento:**

*Data: 25 e 26/10/2012;*

*Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE);*

*Total de Participantes: 90 pessoas;*

*Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM);*

*Apresentação do Projeto e Programação Preliminar.*

**8 - Compensação Ambiental Linhão de Tucuruí:**

*Deliberação: Fazer Ofício ao IBAMA solicitando que efetivamente faça análise da proposta da CECA e responde efetivamente se acata ou não o pleito - IBAMA responder até 5 dias.*

*Data: 25 e 26/10/2012;*

*Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE);*

**9 - CEUC se manifestará quanto aos documentos até dia 30/09/2012**

**10 - Até a publicação do Decreto no DOE, a CECA continuará suas atividades, devendo encaminhar Processos de Compensação Ambiental para o IPAAM efetuar parecer com a indicação das UC's federais, estaduais, municipais ou privadas, assim como, Parecer e Mapa contendo as distâncias dessas UC's em relação aos empreendimentos.**

***Solicitações da CECA ao IPAAM e Órgãos Gestores de UC***

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC/SDS				
Nº	Solicitação	Ofício CECA	Data	Atendimento
1	Relatório Técnico contendo as prioridades de atividades para aplicação dos recursos de compensação ambiental para cada uma das 41 Unidades de Conservação Estaduais (UCE's), conforme Art. 33 e Paragrafo Único do Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 019/2012, de 08/08/2012  - OFÍCIO SDS CECA Nº. 030/2012, de 24/08/2012 (Reitera Ofício 019)	08/08/2012	Não encaminhado.
2	Relatório discriminando a Situação do Cadastro e Certificação das 41 UCE's no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).			Ok. (CI/CEUC/SDS/Nº. 476/2012, de 04/09/2012).  UC's Estaduais com pendências no CNUC.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

3	Sol. ajuste na Lei Estadual nº. 3.602/2011, de 09/05/2011, que dispõe sobre a transformação do Parque Estadual (PAREST) Nhamundá em Área de Proteção Ambiental (APA) Guajuma, quanto à adequação do memorial descritivo da referida Lei de acordo com o polígono da APA, ou substituição do atual Polígono da APA pelo do antigo PAREST Nhamundá, para que a APA seja elegível como beneficiária dos recursos de compensação ambiental, assim como, a inscrição e Certificação da referida APA no CNUC.	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 021/2012, de 09/08/2012  - OFÍCIO SDS CECA Nº. 027/2012, de 20/08/2012 (Reitera Ofício 021)	09/08/2012	Não encaminhado.
4	Enc. para conhecimento o Parecer Técnico CECA SDS Nº. 001/2012, de 13/08/2012 e CD Anexo, que apresenta proposta para o Estado do Amazonas sobre a destinação e repartição do recurso de Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí - Lote “C”.	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 022/2012, de 15/08/2012	15/08/2012	Ok.
5	Sol. o encaminhamento a CECA com maior brevidade possível das atividades definidas pelo CEUC para aplicação do recurso de compensação ambiental do Linhão de Tucuruí nas UC's Estaduais, a definição do recurso para cada atividade, e apresentação de Plano de Trabalho para cada UC: - APA Nhamundá – R\$ 1.041.250,00 - PAREST Sumauma – R\$ 520.625,00 - RDS Uatumã – R\$ 520.625,00			Não atendido.
6	Sol. apresentação, mapa e tabela detalhada* com informações sobre as Unidades de Conservação (UC's) Municipais existentes no Estado do Amazonas e suas prioridades de aplicação dos recursos de Compensação Ambiental, assim como, o mecanismo para inscrição e certificação das mesmas no CNUC.	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 024/2012, de 16/08/2012	16/08/2012	Não encaminhado.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

7	Sol. efetuar palestra no Workshop sobre <b>Compensações Ambientais no Brasil</b> e elaborar artigo (10 laudas) com o tema "Aplicação e gestão da <b>Compensação Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais: a experiência do Amazonas</b> ", até o dia <b>26/09/2012</b> .	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 037/2012, de 12/09/2012	12/09/2012	Em fase de atendimento.
8	Sol. encaminhamento de <b>Relatório Técnico</b> contendo: I - Número total de comunidades e famílias por Unidade de Conservação Estadual; II - Detalhamento das comunidades e do número de famílias por Comunidades das Unidades de Conservação Estaduais.	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 044/2012, de 18/09/2012	18/09/2012	Em fase de atendimento.
<p>* <b>Dados das Unidades de Conservação (UC's) Municipais:</b> a) Mapa de localização das UC's Municipais no Estado do Amazonas; b) Tabela Detalhada contendo as seguintes informações sobre as UC's Municipais: a) <i>Categoria de UC</i>; b) <i>Grupo de UC a que pertence</i>; c) <i>Denominação da UC</i>; d) <i>Município</i>; e) <i>Ato Legal de Criação (Tipo e Nº)</i>; f) <i>Ano de Criação</i>; g) <i>Dimensão da UC (ha)</i>; h) <i>Situação do Memorial Descritivo (Existente ou Não, no Ato Legal)</i>; i) <i>Polígono da UC - Shapefiles (Existe de acordo com Memorial Descritivo ou não)</i>; j) <i>Estudo de Criação da UC (Existente ou Não)</i>; l) <i>Plano de Manejo/Gestão (Sim ou Não, Tipo e Nº do Ato Legal)</i>; m) <i>Conselho Gestor (Sim ou Não, Tipo e Nº do Ato Legal)</i>; n) <i>Zona de Amortecimento (Sim ou Não)</i>; o) <i>Dimensão da Zona de Amortecimento (ha)</i>; p) <i>Há Comunidades? (Sim ou Não)</i>; q) <i>Nº Comunidades</i>; e, r) <i>Nº de Famílias</i>.</p>				

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE MANAUS - SEMMAS				
Nº	Solicitação	Ofício SDS	Data	Atendimento
1	<b>Relatório Técnico</b> contendo as <b>prioridades de atividades para aplicação dos recursos de compensação ambiental para cada uma das UC</b> , geridas ou serem criadas por este órgão gestor	- OFÍCIO GS SDS Nº. 536/2012, de 13/08/2012	13/08/2012	OK (Ofício nº. 2331/12-GS/SEMMAS, de 10/09/2012).
2	<b>Relatório</b> discriminando a <b>Situação da Inscrição e Certificação das UC no CNUC</b>			Não atendido.
	<b>Base de Dados Vetoriais</b> no formato <b>Shapefile das UC</b> , para a confecção de produtos cartográficos contendo a distância dos empreendimentos em relação às UC, sendo utilizado para subsidiar a definição das UC a serem beneficiárias da CA, e para a repartição do recurso entre as UC escolhidas			OK. Base entregue a CECA.
3	<b>Informações sobre a existência de Câmara de Compensação Ambiental na SEMMAS</b> , e de como o tema está sendo tratado na esfera dessa Secretaria no licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, que requer a produção de EIA/RIMA.			OK (Ofício nº. 2331/12-GS/SEMMAS, de 10/09/2012).
4	Enc. para conhecimento o <b>Parecer Técnico</b>			



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	CECA SDS Nº. 001/2012, de 13/08/2012 e CD Anexo, que apresenta proposta para o Estado do Amazonas sobre a destinação e repartição do recurso de Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí - Lote “C”.			Ok.
5	Sol. o encaminhamento a CECA com maior brevidade possível das atividades definidas pelo SEMMAS para aplicação do recurso de compensação ambiental do Linhão de Tucuruí nas UC's Municipais, a definição do recurso para cada atividade, e apresentação de Plano de Trabalho para cada UC: - APA Adolpho Ducke – R\$ 446.250,00 - APA Tarumã-Ponta Negra – R\$ 297.500,00 - RESEC Sauim Castanheira – R\$ 148.750,00	- OFÍCIO GS SDS Nº. 559/2012, - de 16/08/2012	16/08/2012	Não atendido.
6	Sol. a participar do Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil e elaborar artigo (10 laudas) com o tema “Experiência da fixação, cobrança, destinação e aplicação da Compensação Ambiental no Município de Manaus, conforme Lei Federal nº. 9.985/2000”, até o dia 26/09/2012.	- OF. CIRC. SDS Nº. 081/2012 – GS, de 14/09/2012	14/09/2012	Em fase de atendimento.

## INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM

Nº	Solicitação	Ofício CECA	Data	Atendimento
1	Proposta de Nova Redação da condicionante que fixa e cobra o recurso da CA nas Licenças Ambientais expedidas pelo IPAAM: “A interessada está obrigada a realizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a quitação do recurso definido para a Compensação Ambiental, equivalente a 0,5% do valor total da obra de instalação do empreendimento, mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), com os Órgãos Gestores das Unidades de Conservação beneficiárias, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM); atendendo aos artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº. 53, de 05 de junho de 2007, e o Art. 36 da Lei Federal nº. 9.985, de 18 de	- OFÍCIO SDS CECA Nº. 003/2012, de 19/03/2012	19/03/2012	Não atendido.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

	julho de 2000”;			
2	Sol. a efetuar palestra no Workshop sobre <b>Compensações Ambientais no Brasil</b> e elaborar artigo (10 laudas) com o tema “Licenciamento, Mitigação e Compensação Ambiental no Estado do Amazonas”, até o dia <b>26/09/2012</b> .	- OFÍCIO SDS CECA Nº. <b>038/2012</b> , de <b>12/09/2012</b>	12/09/2012	Em fase de atendimento.
3	Sol. disponibilização à SDS da <b>Base de Dados Vetoriais</b> no formato <b>Shapefile dos Empreendimentos aptos a cobrança de Compensação Ambiental</b> , para a confecção de produtos cartográficos contendo à distância dos empreendimentos em relação às UC, sendo utilizado para subsidiar a definição das UC a serem beneficiárias da CA, e para a repartição do recurso entre as UC escolhidas	- OFÍCIO SDS CECA Nº. <b>043/2012</b> , de <b>18/09/2012</b>	18/09/2012	Em fase de atendimento.